

Uma rádio comunitária da cidade: um relato de inspiração etnográfica

A community radio for the city: an account of ethnographic inspiration

João Paulo Malerba

Mestre em Comunicação e Cultura pelo Programa de Pós-graduação da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Atual representante nacional da Associação Mundial das Rádios Comunitárias (AMARC Brasil)

E-mail: joaopaulorj@yahoo.com.br

RESUMO:

O presente artigo é um relato de inspiração etnográfica sobre uma visita realizada a uma rádio comunitária localizada em um bairro periférico da cidade do Rio de Janeiro. O texto se propõe descritivo e pessoal, sem com isso prescindir do rigor acadêmico, ousando testar seus limites. Ao longo da narrativa, desvelam-se cenários urbanos da capital carioca, descrevendo cidades dentro de uma mesma cidade, confrontando centro e periferia, tipos e lugares. Procura-se levantar questões importantes que envolvem uma rádio comunitária localizada e pertencente à cidade, inserida em seus fluxos e afetada por suas problemáticas. Busca-se contextualizar a assim denominada Rádio Comunitária G a partir do histórico das rádios comunitárias brasileiras, pesquisando características comuns, como a convivência com a violência estatal, o trabalho voluntário, a carência de recursos, a vocação pela prestação de serviço e, antes de mais nada, a paixão pelo veículo rádio. Percebe-se, então, que a emissora inscreve-se na localidade como um espaço comunitário, aglutinador de solidariedade e ação política, atuando na interlocução com o poder público. Por meio do diálogo com autores como Deleuze, Guattari e Caiafa, o texto investiga as diferentes formas de comunicação da urbe – microcomunicação corporal, transporte coletivo, rádio-poste, rádio comunitária – interpelando o Estado e sua ação normatizadora e policial. A busca é pela própria motivação primeira de uma emissora comunitária: necessidade de buscar formas próprias de comunicação e expressão, elas aparecem como resultado da própria concentração midiática que as elimina: da exclusão estrutural contra a qual lutam provém a força que as motiva.

Palavras-chave: rádio comunitária; comunidade; cidade.

SUMMARY:

The present article is an account of ethnographic inspiration following a visit to a community radio station located in a borough in the suburbs of the city of Rio de Janeiro. The text seeks to be descriptive and personal, while nevertheless remaining within the boundaries of academic formality, despite boldly exploring these boundaries. Urban scenes of the carioca capital are revealed throughout the narrative, which describes cities within a same city, confronting the downtown centre with the suburbs and characters and places. It seeks to raise important issues concerning a community radio station located in and belonging to a city, incorporated to its flow and affected by its problems. It attempts to contextualise the Rádio Comunitária G from the historical aspect of Brazilian community radio stations, researching common features, such as the co-existence with state violence, volunteer work, the lack of resources, the vocation for rendering services and, above all, the enthusiasm for the media that the radio represents. It may be perceived, therefore, that this station is considered as a community space at its site, serving to foster solidarity and political action, as a mediator with public powers. By means of dialogues with authors such as Deleuze, Guattari and Caiafa, the text studies the different forms of communication available to urban populations – corporal micro-communication, mass transport, broadcasting on street loudspeakers, radio stations – questioning the State and its regulatory and police actions. The quest is for the actual primary motivation of a community radio station: as a need for seeking their own form of communication and expression, they emerge as a result of the actual media concentration that specifically excludes them, and, from the structural exclusion against which they struggle provides them with the strength that motivates them.

Key words: community radio; community; city

Introdução

“não viajamos pelo prazer de viajar (...)”... Então, em última instância, por que, senão para verificar, ir verificar algo, algo inexprimível que vem da alma (...)?

Gilles Deleuze

O presente artigo trata de um relato de inspiração etnográfica sobre uma visita realizada à Rádio Comunitária G(1), localizada na região do bairro de Pedra de Guaratiba, município do Rio de Janeiro. A visita foi somente a primeira de uma série, em que acompanhei e analisei os atuais usos que um grupo de rádios comunitárias cariocas – entre elas, a Rádio Comunitária G – têm feito das novas tecnologias de informação e comunicação. Porém, essa inquietação não será o norte deste texto. O intuito aqui é trazer, ao longo de uma escrita descritiva e pessoal, algumas das questões que envolvem uma rádio comunitária localizada e pertencente à cidade, inserida em seus fluxos e afetada por suas problemáticas – cabe dizer que muitas dessas questões são notadamente comuns a todo o universo das rádios comunitárias brasileiras. Seguindo a letra de uma outra reflexão (MALERBA, 2008b), em que problematizei a essencialização e a idealização que normalmente acompanham a análise de meios comunitários e/ou alternativos, pretende-se entender a mídia comunitária em questão exclusivamente a partir de seus *modus operandi* “tão plural quanto cada singularidade que nela age; tão multifacetada como as formas de opressão e injustiça com as quais ela tem que lidar cotidianamente” (MALERBA, 2008b, p.13). A motivação aqui não é categorizar a referida rádio comunitária como tal, mas antes percebê-la em seus fluxos enunciativos. Afinal, como afirma Guattari, tais rádios “não são nada em si mesmas. Elas só tomam seu sentido como componentes de agenciamentos coletivos de expressão de amplitude mais ou menos grande” (GUATTARI, 1987, p.12). Aqui também busquei, e não sei se com o devido sucesso, experimentar e cultivar um estranhamento – tão necessário a qualquer pesquisa de inspiração etnográfica – no intuito de provocar “uma interrupção do fio regular do pensamento e da vida” e irromper o “atrito que impulsiona o pensamento, que traz a novidade” (CAIAFA, 2007, p.149).

* * * * *

É anticonstitucional, mas também antimental mentir só por vil metal e dizer que a emissão fatal da rádio insurrecional é algo menos legal que dentéis e todo seu mal, que querem a pá de cal pras ondas deste local, de onde com graça e sal, emite Xilik, a tal.(2)

O próximo passo era chegar ao Terminal Rodoviário Menezes Côrtes, no coração do centro do Rio de Janeiro. De lá sairia o ônibus que passaria por Pedra de Guaratiba, meu destino final, rasgando extensas avenidas rumo a Zona Oeste da cidade. A visita à Rádio

Comunitária G estava agendada somente para o fim da tarde: deveria haver tempo para uma caminhada contemplativa. Por entre as ruas do centro da metrópole carioca, fui experimentando a intensa fricção humana que somente a forma cidade proporciona. Afinal, “nas ruas urbanas, quando elas se prestam à ocupação coletiva, experimentamos uma grande variedade de estímulos, incluindo uma diversidade humana que passa por nós e a que nos expomos” (CAIAFA, 2007, p.89). Era um marchar entre estranhos, um ingresso involuntário na cadência precisa que a multidão de trabalhadores anônimos impõe ao percorrer apressada as trilhas urbanas do centro da cidade, no ritmo convulso de uma quinta-feira, em plena hora útil. As rotinas de trabalho desenham seus fluxos na cidade com temporalidade e espacialidade marcadas: cumprida a jornada de trabalho, aquela multidão iniciaria então uma outra jornada: a do retorno para casa. As desigualdades de oportunidades de trabalho entre as diferentes áreas da cidade e a própria dinâmica espacial concentradora do mercado intensificam determinados fluxos em detrimento de outros. E uma cidade como o Rio de Janeiro tende a conurbar(3) outras do entorno, ao mesmo tempo que encerra tantas outras subcidades em si: muitos dos fluxos humanos vão se dando entre esse centro-trabalho e as periferias-dormitório, com as inevitáveis descontinuidades e nuances. Como afirma Caiafa, desde seus primórdios, a cidade “envolve um nomadismo (...). Na origem das cidades existe um movimento, um deslocamento. São fluxos que vêm de fora e que vão criar um nomadismo propriamente urbano, constituir a cidade como lugar de circulação e dispersão” (2007, p. 118). Fluxos de deslocamentos que se desdobram em muitos subfluxos urbanos: eu estava ali me inserindo num deles, aquele assinalado pelos trabalhadores em circulação pelo Centro.

No Largo da Carioca, em meio àquela multidão circulante, algumas figuras destoavam por sua imobilidade quase desafiadora: no frenesi urbano, a inércia acarreta intensa visibilidade. Passei por diversos entregadores de pequenos panfletos, ansiosos por ocupar as mãos e as mentes alheias. Muitos desses papéis eram meros volantes publicitários que vendiam serviços diversos, de fotocópias a cartomancias, de prostituição a empréstimos, de agência de matrimônio a cursos de oratória. Mais adiante, um sócia de Roberto Carlos, em sua tenda sonorizada, procurava convencer o transeunte a levar seu álbum *crooner*. Logo mais, por entre homens-cartazes, anunciando com seus corpos o *sex shop* mais próximo, percebi um rapaz vestido de laranja, ao lado de um pequeno quadro branco, discursando para dois ou três passantes. Ao seu lado, um imenso *banner*: “Grande revolução do ser – palestras grátis sobre autoconhecimento”. O moço, com um marcador de quadro branco, desenhava esquemas enquanto explicava com desenvoltura como “respirar, ordenar o pensamento e desbloquear o passado”. Ao notar minha atenção, ofereceu-me um panfleto; logo mais, ao perceber minha iminente partida, sugeriu que posteriormente eu visitasse um *site*. Quando me afastei do pequeno grupo, avançando pelo Largo, avistei outros tantos desses atores, que se apresentavam ao público como verdadeiros terminais de comunicação

ambulantes: logo ali um pregador religioso, mais a frente um vendedor de bugigangas. Sim, tanto os que meramente vendiam quanto os que vividamente discursavam, faziam-no com o intuito de convencer o outro, de cooptar o desejo de alguém que de alguma forma se deixava afetar. Em mundo onde o caráter público dos meios de comunicação de massa degenerou-se em apropriação mercadológica da atenção coletiva, aquelas pessoas também buscavam sua maneira celular de convencimento. Talvez mimetizando, mas sem dúvida também driblando os meios massivos convencionais de comunicação. Para quem estava prestes a visitar uma rádio comunitária, tais manifestações de *microcomunicação*, no mínimo, instigavam.

Ao chegar ao Terminal, o ônibus do tipo especial com destino à Pedra de Guaratiba, já estava recebendo passageiros. O fim da tarde anunciava mais uma dispersão temporária de pessoas em retorno às suas casas. Muitas delas, grande parte, na verdade, cumpriria seu caminho fazendo uso de algum tipo de transporte coletivo. Ao possibilitar muitos daqueles já citados fluxos urbanos, “ao distribuir de alguma forma a população, ao conduzir para longe das vizinhanças, [o transporte coletivo] tem um aspecto dessegregante. Ocorre uma dessegregação, mesmo que provisória e local” que proporciona “um tipo de ocupação coletiva do espaço urbano” (CAIAFA, 2007, p. 119). Uma ocupação capaz de atingir mesmo os lugares mais longínquos e que é tão mais efetiva quanto melhor é a forma de acesso. O transporte coletivo no Rio de Janeiro carece de soluções mais coerentes com suas características geográficas e com as necessidades de sua população. Ao pedir informações ao diretor da Rádio Comunitária G sobre a forma mais rápida de se ir do Centro da cidade para Pedra de Guaratiba, para minha surpresa, fui orientado a tomar um ônibus. E ali estava, pronto para iniciar o percurso “mais rápido” – uma jornada que duraria nada menos que duas horas e meia.

Pela janela do ônibus, as imagens conectadas lateralmente entre si iam desnudando as muitas formas da cidade. Espremido no trânsito do Centro, o ônibus ia escorregando aos solavancos entre tantos iguais: os automóveis em quantidade excessiva denunciando-se como não solução para a cidade grande. Pelos corredores de prédios altos e sólidos, pegando um ou outro passageiro, o ônibus alcançou a vastidão do Aterro do Flamengo. E de lá seguiu pela orla da Zona Sul, onde muita gente subiu, colorindo com seus corpos e suas vozes o ambiente móvel do coletivo. Persistindo, o ônibus esgueirou-se pela av. Niemeyer, correu pela autoestrada Lagoa-Barra, por entre as ruas de São Conrado, em direção a Barra da Tijuca. A paisagem urbana ia mudando, tomada agora por condomínios gigantescos, construções amorfas, *shoppings centers* opressivos. O ônibus prosseguia: pela Avenida das Américas, encontrando o Recreio dos Bandeirantes e suas construções, cada vez mais esparsas, avançando pela Estrada da Pedra. A partir dali, já quase não se podia acreditar estar no mesmo perímetro urbano de uma hora atrás: muitas áreas arborizadas, homens jogando bola em campos improvisados, crianças empinando pipa nas ruas de terra paralelas

à avenida central asfaltada. O cenário figurava uma cidade do interior e contrastava radicalmente com a pressa e a agitação do Centro há pouco visitado. A situação se invertera: não mais a imobilidade imprimia visibilidade: agora era a velocidade do automóvel que chamava a atenção de mulheres idosas à espreita nas janelas.

Nesse fim do percurso, pouco antes de saltar, ia vendo muitas pessoas retornando para suas casas. Como afirma Caiafa “a ocupação coletiva gera heterogeneidade, de alguma forma misturando os habitantes e em diferentes graus dessegregando os meios fechados e familiares” (2007:19). Completava-se o fluxo iniciado nas primeiras horas da manhã: daquele atrito desafiador entre estranhos, cada qual voltava para seu ambiente doméstico de maior previsibilidade. Os trabalhadores cumpriam suas viagens *nomádicas* diárias, circulando num espaço delimitado a partir de itinerários mais ou menos fixos, definidos pela jornada de trabalho. Afinal, como pontuam Deleuze e Guattari, “o nômade é (...) aquele que não se mexe, que não quer partir e se agarra à sua terra deserçada” (DELEUZE, 1992, p. 100), “o nômade só vai de um ponto a outro por consequência e necessidade de fato; em princípio, os pontos são para eles alternâncias num trajeto” (DELEUZE E GUATTARI, 1997, p. 51).

Após ser informado pelo motorista que havíamos enfim chegado em Cabuis, (4) desci de súbito. Antes que o ônibus partisse, perguntei ao motorista se aquela era a rua principal: entre risos, ele respondeu “Cabuis é só essa rua mesmo”. Liguei para Ronaldo, diretor da Rádio Comunitária G, informando a minha chegada. Enquanto o esperava, minha atenção foi tomada por uma locução contínua vinda de uma caixa de som sobre um poste na rua. Logo notei que se tratava de uma rádio-poste, um sistema integrado de alto-falantes instalados em diferentes pontos de uma comunidade. Apesar de ter tido seu apogeu nos anos 1980, “a transmissão de programas através de alto-falantes foi e continua sendo, em muitos lugares, o veículo de comunicação a que as organizações comunitárias tiveram acesso para poderem levar suas mensagens aos habitantes de determinadas localidades” (PERUZZO, 1998, p. 5). Com a chegada de Ronaldo, fui informado que se tratava da Rádio-Poste Ar Livre, com 24 horas de programação diária, se estendendo por vários quilômetros, atingindo ruas de Campo Grande. Além das propagandas do comércio local, a Rádio-Poste Ar Livre veicula músicas de estilos diversos e pequenos recados para a comunidade. Fiquei curioso se membros da comunidade não se incomodavam com a transmissão ininterrupta: “tá todo mundo acostumado... Sempre esteve aí”, afirmou Ronaldo.

De acordo com a pesquisa que eu previamente realizara, a Rádio Comunitária G estaria localizada no município de Campo Grande. Fiquei confuso quando Ronaldo me disse que iríamos para sua casa visitar as novas instalações da rádio, ali mesmo em Cabuis. Fui então informado que a transferência havia ocorrido há poucos meses, após a antiga sede da rádio ter sido saqueada. Praticamente tudo havia sido levado: mesa de áudio de 42 canais; microfones específicos para estúdio; aparelho de *mini-disc*; antena; transmissor de rádio; demais equipamentos sonoros; álbuns. Por sorte, o computador pertencente à rádio ficava

guardado num lugar pouco visível e o fato de ter sido poupado seria de grande importância para a continuidade da Rádio. Perguntei se a Polícia local não conseguira pistas dos criminosos. Sua resposta saiu sob um riso no canto da boca: “denunciar pra quem, se foram eles que mandaram?”. Ronaldo então contou que a Rádio estava sendo alvo de extorsão por parte da milícia(5) que age na região de Campo Grande. De acordo com o diretor da Rádio, por seis meses, os integrantes do grupo paramilitar pressionavam pelo pagamento mensal de cem reais, taxa cobrada a todos os estabelecimentos da região. Ronaldo e os demais integrantes da emissora, por não concordarem com a ação do grupo, decidiram não pagar a mensalidade. Argumentavam que a Rádio não poderia arcar com a quantia estabelecida e postergavam um prazo para o início do pagamento. A isso se seguiu uma série de ameaças que acabou culminando no saque realizado em meados de 2007. O diretor da Rádio conta que, logo depois, chegou a conversar pessoalmente com um dos integrantes da milícia a fim de tentar algum tipo de negociação: sem sucesso. Como resposta, “perdeu”.

Com receio de novas investidas, Ronaldo e os demais integrantes da rádio decidiram encerrar as atividades em Campo Grande e fecharam a sede onde estavam desde a criação da emissora, em 1997. Mas como “rádio é que nem pinga”, Ronaldo, por iniciativa própria, decidiu reiniciar as atividades radiofônicas improvisando um estúdio num dos cômodos da sua casa utilizando o computador para veicular os áudios – “em Cabuis *ainda* não chegou a milícia”. Pela falta de uma mesa de áudio e dos microfones, a rádio no momento só transmite programas gravados. Muitos estão sendo produzidos num estúdio de Campo Grande, outros tantos são reprises de programas antigos. Foi com orgulho, contudo, que o diretor da Rádio Comunitária G afirmara que a rádio havia ficado fora do ar apenas por poucos dias após o assalto: “logo em seguida eu já tava no Banco do Brasil pra fazer um empréstimo de cinco mil reais pra comprar um outro transmissor”. E assim, em pouco tempo, a casa simples onde vivem ele e a esposa foi invadida por cartazes promocionais de músicos diversos, desde os mais famosos até os mais regionais. Ronaldo espera conseguir reiniciar em breve as atividades ao vivo da rádio.

É interessante notar as rádios comunitárias tendo que lidar com mais esse tipo de violência. Porque historicamente as emissoras comunitárias já são marcadas por um embate permanente com o Estado, sendo alvo de uma violência estatal sistematizada(6). Como explicitado em outro momento(7), a expansão de emissoras de baixa potência iniciou-se no Brasil em meados dos anos 1980. Muitas rádios foram sendo criadas a partir de uma necessidade local de comunicação, num país marcado tanto pela grande extensão territorial quanto pela oligopolização midiática. Outras surgiram com um caráter puramente experimental, uma curiosidade em *fazer comunicação* e foram adquirindo uma dimensão política com o passar do tempo: tal mudança se mostra bastante natural quando levamos em conta as carências sociais de muitas regiões do Brasil e a capacidade que os meios de comunicação têm de mobilizar pessoas em torno de demandas específicas, de modo a

tornar mais eficaz a pressão junto ao poder público. De qualquer forma, tanto as emissoras de baixa potência motivadas pela experimentação, quanto aquelas criadas com objetivos político-sociais foram alvos da repressão estatal, tendo em vista que o Estado, enquanto detentor do espectro eletromagnético, não reconhecia sua legitimidade. A partir dos anos 1990, o exponencial aumento no número de rádios comunitárias brasileiras foi acompanhado pela consolidação de um processo de articulação entre esses atores, através de associações, entidades, comitês regionais e do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC). Além de favorecer um incremento ainda maior no número de emissoras, essa mobilização possibilitou um acúmulo de forças e forte pressão social que culminou na regulamentação do funcionamento das rádios comunitárias brasileiras. Quando foi iniciada a luta pela criação de uma legislação específica para a radiodifusão comunitária, o movimento – ou parte dele – acreditava que a regulamentação criaria mecanismos transparentes capazes de promover o acesso democrático ao espectro eletromagnético e mudar a situação de repressão que as emissoras de baixa potência já sofriam por parte do Estado e da Polícia Federal. Infelizmente, não foi bem isso o que aconteceu. A Lei 9.612/98, que regulamenta a radiodifusão no Brasil, foi criada sob forte *lobby* político das grandes corporações de mídia e até mesmo de muitos parlamentares, proprietários diretos ou indiretos de meios de comunicação(8). O resultado foi uma lei que impõe diversas restrições que dificultam e muitas vezes inviabilizam o funcionamento das rádios comunitárias(9). Além disso, o processo que foi instituído para a concessão da outorga é cheio de burocracia, lentidão e passível de apadrinhamento político, ajudando a arrastar as emissoras comunitárias para a ilegalidade e dessa forma, continuarem a ser alvo da repressão estatal(10).

Dentre os diferentes regimes de violência, Deleuze e Guattari distinguem a *Polícia de Estado ou violência de direito* que “consiste em capturar ao mesmo tempo que constitui um direito de captura (...) A sobrecodificação do Estado é precisamente essa violência estrutural que define o direito, violência ‘policial’ (...) a violência de direito ou de Estado parece sempre se pressupor, uma vez que ela preexiste a seu próprio exercício” (DELEUZE E GUATTARI, 1997, p. 144). Quando o número e a importância política das rádios comunitárias já não podia mais ser ignorado, fez-se necessária uma sobrecodificação dos seus fluxos por parte do aparelho estatal. Um aparato jurídico foi cuidadosamente delineado, de modo que se apresentasse como *concessão* o que na verdade era um enquadramento legal para legitimar a continuidade da ação da Polícia de Estado. São frequentes as denúncias de emissoras comunitárias vítimas de ações truculentas por parte da Polícia Federal. Muitos de seus comunicadores são detidos, as instalações danificadas e os equipamentos apreendidos.

Ronaldo, por sua vez, afirmou que a Rádio Comunitária G nunca teve problemas com a Polícia Federal. Inclusive me mostrou cópia do processo de outorga no Ministério das Comunicações, que aguarda aprovação. A espera de Ronaldo pode ser infrutífera. O processo

costuma demorar de um ano e meio a dois anos e acaba por eliminar grande parte das proponentes, notadamente as que não possuem apoio político. De acordo com uma pesquisa realizada por Cristiano Aguiar Lopes, os processos apadrinhados têm 4,41 vezes mais chances de receberem a outorga do que os demais. E o autor afirma que o favorecimento ocorre na mais perfeita legalidade.

“Há uma lista de exigências determinadas por lei e, para cumprir essas exigências, um padrinho político é essencial. (...) As entidades que tentam sanar todos os problemas das associações e fundações comunitárias que não têm apoio de políticos não sabem como se dá o processo tão bem quanto os deputados, que contam com a assessoria de seus gabinetes que trabalham, muitas vezes, como despachantes desses processos, sanando documentação pendente e até apresentando essa documentação ao Ministério. É uma luta desigual” (GASPAR, 2005).

E sem a concessão, a rádio volta a ficar vulnerável à ação da Polícia: é mais um circuito que demonstra o intrincado aparelho de Estado produzindo os pressupostos para suas ações: “uma violência que se coloca como já feita, embora ela se refaça todos os dias” (DELEUZE E GUATTARI, 1997, p. 143).

Como em grande parte das emissoras comunitárias brasileiras, todos os comunicadores da Rádio Comunitária G possuem outras atividades além daquelas desempenhadas na emissora. Ronaldo, por exemplo, trabalha como produtor e divulgador cultural. Os demais colaboradores da emissora também não possuem formação na área de Comunicação e não têm na atividade radiofônica sua fonte principal de recursos. Quando perguntei como a rádio obtinha recursos financeiros para manter suas atividades, o diretor da Rádio disse que as principais fontes de receita eram as doações e as propagandas do comércio local. Cada comunicador ficava responsável pelos anúncios em seus horários de programação: uma metade do valor ia para a rádio e a outra para o comunicador. Porém, Ronaldo declarou ser contra a cobrança alta de propaganda em rádios comunitárias: “o espírito da rádio é de serviço social”. Enquanto algumas de suas parceiras chegavam a cobrar setecentos reais mensais pelas inserções diárias, o valor da Rádio Comunitária G não ultrapassava trinta reais. A emissora procura manter as inserções publicitárias nos moldes previstos pela legislação: de acordo com a Lei 9.612/98 é permitida somente a propaganda na forma de apoio cultural, ou seja, no pagamento dos custos relativos à transmissão da programação ou de um programa(11). A emissora, nesse caso, pode veicular apenas mensagens institucionais do estabelecimento patrocinador, sem fazer referência a seus produtos ou serviços(12).

É curioso notar como a própria rádio comunitária pode se tornar um local de mobilização social, a fim de ora suprir omissões do poder público, ora estabelecer canais de diálogo com ele. Enquanto me mostrava o estatuto da emissora – “uma entidade civil de objetivos culturais, laica, democrática, sem filiação ou posição político-partidária” –,

Ronaldo me falava que a antiga sede contava com uma farmácia comunitária, mantida pelos próprios integrantes da comunidade. A rádio frequentemente promovia campanhas pontuais, com o objetivo de fornecer cestas básicas aos moradores mais pobres do bairro: a mobilização era rápida, com poucas inserções do locutor, as doações já começavam a chegar. Além disso, a rádio possuía contatos estabelecidos com diversos órgãos públicos, como hospitais, delegacias e a Defensoria Pública da região. Ronaldo conta que grande parte da população não tem conhecimento dos direitos nem dos trâmites legais para fazer uso dos mesmos. Por isso, era comum pessoas analfabetas procurarem a rádio para redigir uma carta solicitando um pedido a um órgão público da região ou para obter informações sobre como, por exemplo, conseguir uma cirurgia num hospital distante dali: “o legal de uma rádio comunitária é ter contato com órgãos públicos e encaminhar o povo pra lá. Esse é o verdadeiro trabalho da rádio”.

Ronaldo contou que a rádio ficava no ar 24 horas. A atual falta de equipamentos afetara significativamente a grade de programação impedindo que a maioria dos comunicadores continuasse com suas atividades. Apenas alguns se dispunham a gravar antecipadamente num estúdio parceiro em Campo Grande, enquanto os outros aguardavam o restabelecimento da veiculação ao vivo para retornar aos microfones. Ronaldo me mostrou muito material em áudio produzido pela emissora. Um dos que mais me chamou a atenção foi uma série de programas radiofônicos de cunho cultural produzido por crianças da comunidade: a redação era conjunta com adultos, mas a locução ficava por conta delas.

O diretor conta que ao estimulá-las no fazer radiofônico, a empolgação resultante acabava por afetá-los a todos na emissora: “são elas que vão estar aqui amanhã”. O diretor apresentou também áudios obtidos em parcerias com outras emissoras e entidades apoiadoras: diversos programas, *jingles*, *spots* e cartilhas sobre temas como cultura, saúde, direitos da mulher, racismo, educação, orçamento participativo. Grande parte do intercâmbio de conteúdo informativo havia se dado por intermédio das ferramentas da internet. Determinados instrumentos tecnológicos têm sido utilizados de forma cada vez mais promissora pelas rádios comunitárias como forma de potencializar as trocas entre esses atores sociais. Apesar de impedidas de criar redes tradicionais de transmissão radiofônica(13), as rádios comunitárias e o movimento político que as constituem têm utilizado a internet para formar redes virtuais de intercâmbio de projetos, experiências e programação(14). Em se tratando das rádios comunitárias, as possibilidades e potencialidades que se inauguram com esses usos e trocas propiciados pelas novas tecnologias de informação e comunicação prometem ampliar sua já promissora esfera de ação social.

A trêpega iluminação pública de Cabuis proclamava a chegada da noite. O retorno deveria ser menos demorado do que a vinda: pouco trânsito de automóveis, pois aquele era

um dos momentos do dia de interrupção temporária do nomadismo urbano: fluxos humanos em repouso. De qualquer forma, a penumbra permanente do anoitecer tornava supostamente mais ameaçadores os perigos da metrópole. Era hora de partir. Mas, claro, ainda havia tempo para um cafezinho hospitaleiro. Afinal, talvez a melhor forma de expressar gratidão por uma gentileza recebida seja aceitar a oferta de uma outra.

Considerações finais

É bom que esteja claro, antes de mais nada, que o movimento das rádios livres pertence justamente àqueles que o promovem, isto é, potencialmente a todos aqueles – e eles são uma legião – que sabem que não poderão jamais se exprimir de maneira convincente nas mídias oficiais.

Felix Guattari

Guattari inicia o livro *Rádios livres – a reforma agrária no ar* com um importante texto sobre o fenômeno das rádios livres e sua especificidade no contexto latino-americano – notadamente no brasileiro – em que tal “intervenção de uma inteligência alternativa, de práticas sociais inovadoras (...) parece indispensável à saúde de centenas de milhões de explorados desse continente” (GUATTARI, 1987, p.10). Se o livro, lançado em 1986, no início da expansão virulenta das experimentações radiofônicas de baixa potência no país, pode ser considerado o manifesto primeiro dos radioapaixonados brasileiros, o prefácio de Felix Guattari é sua inspiração política máxima. Na época, não havia ainda uma distinção clara entre rádios livres e rádios comunitárias. No Brasil, essa separação só se daria anos depois com uma fissura por princípios no movimento político, apesar das pautas – ainda hoje – comuns referentes à democratização da comunicação. As rádios comunitárias lutam por uma legislação mais inclusiva que contemple suas reivindicações. Já as autodenominadas rádios livres não reconhecem o Estado como detentor legítimo do espectro eletromagnético e defendem controle estatal mínimo na distribuição dos canais. O próprio Guattari antecipa essa questão no referido texto: “parece-me evidente que em uma etapa ou outra no processo atual deverão ser estabelecidas negociações com as autoridades”. E, sob uma análise ancorada no aspecto revolucionário e político desse novo fenômeno midiático que surgia no cenário brasileiro, pondera: “a questão toda está em fazer essas negociações nas melhores relações de força possíveis para os movimentos de emancipação dos jovens, das mulheres, dos negros, dos trabalhadores, das minorias sexuais, dos ecologistas, dos pacifistas etc.” (GUATTARI, 1987, p. 11).

Como se sabe, essas negociações se deram numa relação de forças desigual. O resultado foi uma lei que mais limita do que viabiliza o funcionamento de muitas rádios comunitárias. Em mais um lamentável episódio de ligação espúria entre o Estado brasileiro e empresas

capitalistas midiáticas, as decisões públicas sobre a legislação brasileira de radiodifusão comunitária foram pautadas por interesses privados. Afinal, como afirma Caiafa, bebendo da inspiração de Deleuze e Guattari, “o capitalismo precisa do procedimento vertical do Estado, do espaço interior do Estado para realizar a sua axiomática” (CAIAFA, 2007, p. 125). Foi pelo aparato legal do Estado que se deu o enquadramento das rádios comunitárias. E é pela “violência de direito” que sua Polícia pôde, sempre de uma forma pontual mas permanente, procurar controlar os fluxos emancipatórios das emissoras brasileiras de baixa potência: “o poder central do Estado é hierarquizado e constitui um funcionariado; o centro não está no meio, mas no alto, uma vez que ele só pode reunir o que isola por subordinação” (DELEUZE E GUATTARI, 1997, p. 123). O circuito estatal orquestrado para conter as rádios comunitárias aqui é claro: enquadrar para isolar; subordinar para controlar.

Mas, adiante da ação vertical do Estado, as cidades oferecem sua horizontalidade, delineada precisamente pelos fluxos humanos que a perpassam. E é lá, nas cidades, que as rádios comunitárias florescem, em suas periferias, nas subcidades esquecidas pelo poder público: onde a insegurança é coletiva, o acesso é difícil, as dificuldades generalizadas. Da necessidade de buscar formas próprias de comunicação e expressão, as rádios comunitárias aparecem como resultado mesmo da própria concentração midiática que as exclui. É como nos lembram Deleuze e Guattari ao afirmar que o capitalismo “não para de colocar e repelir seus próprios limites, mas ele não o faz sem que ele próprio suscite fluxos em todos os sentidos que escapam à sua axiomática (...) sem que os fluxos se dirijam ainda para mais longe (...) e tendam a entrar ‘em conexões’ que desenharam uma nova Terra”. São fluxos que inevitavelmente escapam e tendem a se ligar a outros tantos desenhando novas formas de ação política: são as “proposições indecíveis” de que falam Deleuze e Guattari: “a coexistência ou inseparabilidade disso que o sistema conjuga e disso que não para de lhe escapar segundo linhas de fuga elas mesmo conectáveis” (DELEUZE E GUATTARI, 1997, p. 177).

E como prever quais serão os novos frutos dessas sempre novas conexões? Guattari, já em 1987, arriscava um palpite: “As rádios livres (...) são apenas uma pequena parte do *iceberg* das revoluções midiáticas que as novas tecnologias da informática nos preparam. Amanhã, os bancos de dados e a cibernética colocarão em nossas mãos meios de expressão e de concertação por enquanto inimagináveis” (1987, p. 12). De qualquer forma, será na ação política cotidiana que cada ator social coletivo esboçará sua sempre nova resposta.

Notas

1) Por motivos que ficarão claros no decorrer do texto, os nomes da emissora radiofônica pesquisada e de seu diretor foram modificados.

2) Terceira intervenção da Rádio Xilik – Roteiro do “Sombra” – (27/785). In: Machado et al.,

1987. “Dentéis” é uma referência à extinta DENTEL (Departamento Nacional de Telecomunicações) que perseguia e fechava as rádios livres da época. Função similar tem a atual ANATEL (Agência Nacional das Telecomunicações).

3) O conceito geográfico de *conurbação* é definido por um conjunto formado por uma cidade e seus subúrbios que, apesar de implicarem uma sequência, necessariamente não se confundem.

4) A região de Cabuis está localizada em Pedra de Guaratiba, bairro pertencente ao município do Rio de Janeiro e limítrofe ao bairro de Campo Grande.

5) De acordo com Santos, o termo *milícia* se refere a “grupos parapoliciais” cujo “objeto de ação é declarado (...) como sendo prioritariamente a segurança da comunidade. Diferentemente das empresas de segurança privada, não se estabelece uma relação a princípio igualitária de comércio. Um grupo armado se impõe à comunidade, e a obriga a reconhecer a sua existência, financiar o seu custo (...) e a obedecer às suas regras de sociabilidade. Não existe nem a autonomia da população para se negar aos ‘serviços’ impostos ou aos ‘termos’ do ‘contrato’, nem é reconhecida a autoridade do Estado, que considera ilegal a existência desses grupos, mas que, na comunidade, pode estar representado por agentes dispostos à prevaricação e a negociatas.” Num primeiro momento, entendia-se o advento das milícias como uma forma de essas comunidades externarem “através da organização de grupos de segurança, uma moral que repudiava o uso e o tráfico de drogas ilícitas (...). A suposta ‘restauração da paz’ com a expulsão do tráfico representava uma finalidade que se legitimava pela incapacidade do Estado em garantir publicamente uma tranquilidade que passava a ser objeto de extorsão”. Essa pretensa legitimidade passou a ser questionada por conta da proliferação das milícias – estima-se sua atuação em mais de uma centena de bairros da cidade do Rio de Janeiro – e da “predominância do interesse privado (lucro, através da coação) sobre a suposta função ‘comunitária’ ou ‘pública’ (controle fundiário/imobiliário do território, segurança, serviços) (...). Assim, de sujeitos históricos que, ante a ausência do Estado, se organizam para o acesso a bens públicos, as comunidades carentes passaram a ser consideradas vítimas de um poder paralelo tão nefasto ou arbitrário quanto o tráfico” (SANTOS, 2007, p. 2-4).

6) Segundo dados da Associação Brasileira de Rádio de Televisão (Abert), em 2005, 1.849 rádios comunitárias foram fechadas no Brasil. Isso demonstra que naquele ano, a cada dia, no mínimo, uma rádio foi fechada pelo aparelho estatal. Disponível em <http://redeabraco.org/rede/nt240407/acadadia.html>. Acesso em 12/08/2007.

7) Para uma discussão sobre a repressão estatal às rádios comunitárias, ver MALERBA, João

Paulo. *Rádios Comunitárias: ampliando o poder de ação*. 2006, 2º semestre. Monografia (Habilitação em Jornalismo) – ECO/UFRJ. Disponível em <http://www.overmundo.com.br/banco/radios-comunitarias-ampliando-o-poder-de-acao>. Acesso em 2/12/2007.

8) Dos parlamentares membros da Comissão de Comunicação, Tecnologia e Informática, responsável pela aprovação do projeto de lei que regulamentaria a radiodifusão comunitária no Brasil, 70% eram donos ou tinham interesses indiretos em empresas de rádio e televisão (COSTA E HERMANN JUNIOR, 2002).

9) Entre tais restrições, estão: limitação no alcance a 1 km de raio; proibição de veicular em rede; potência de 25 watts; proibição de obter verba publicitária; entre outras.

10) “O que deveria ser uma Lei do Ventre Livre para as rádios comunitárias tornou-se uma Lei do *Apartheid* da Radiodifusão. O canal para obter uma autorização de funcionamento tem gargalos tão apertados, que é praticamente impossível a elas sobreviverem na legalidade. E o governo federal o estreitou ainda mais, com uma regulamentação que obriga as entidades a percorrerem um circuito burocrático que é uma verdadeira corrida de obstáculos. Com isso, grande parte delas não consegue atender as exigências por falta de informação, estrutura, organização ou habilidade técnica para mexer com a documentação” (Breve, 2007).

11) Essa restrição no orçamento das emissoras comunitárias, em muitos casos, afeta diretamente o seu funcionamento e a manutenção de suas atividades. Assim como qualquer veículo de comunicação, é importante que seu pessoal seja remunerado de forma digna, que sejam realizadas capacitações periódicas, que haja investimento em equipamento, que a manutenção da rádio seja garantida. Quanto mais uma rádio comunitária se fortalece em uma determinada comunidade, maiores serão suas demandas e, consequentemente, maior será a necessidade de aportes financeiros. Ao definir que uma rádio comunitária não deve ter fins lucrativos, a legislação garantiu que seus propósitos fossem outros que não o lucro. Mas isso não deve significar um obstáculo para seu crescimento, sua capacidade de mobilização social e ampliação da cidadania em razão da carência de recursos.

12) O Projeto de Lei 2.105/03 propõe alterações na Lei 9.612/98 permitindo a publicidade de micro e pequenas empresas instituídas na região da rádio por um período máximo de seis minutos a cada hora de programação. O Projeto tramita no Congresso e está sob análise da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática.

13) A legislação brasileira de radiodifusão comunitária impede a formação de redes. As rádios comunitárias somente podem formar o que é também denominado “cadeia de rádios” em casos de calamidade pública ou situações específicas, sempre com autorização expressa do governo federal. Não há qualquer restrição desse tipo para as rádios comerciais.

14) Esbocei uma reflexão sobre como as atuais tendências tecnológicas podem influenciar os rumos das rádios comunitárias em *Rádios comunitárias brasileiras e as novas tecnologias de informação e comunicação: tecnologia, regulamentação e poder* (MALERBA, 2008b).

Referências Bibliográficas

- BREVE, Nelson. O drama sem fim das rádios comunitárias. *Revista ARede*. São Paulo, nº 19, out. 2006. Disponível em <http://www.arede.inf.br>. Acesso em 02/12/07.
- CAIAFA, Janice. *Aventuras das cidades - ensaios e etnografias*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2007.
- COSTA, Mauro Sá Rego e HERMANN JUNIOR, Wallace. Rádios Livres, rádios comunitárias, outras formas de fazer rádio e política. *Revista Lugar Comum*. Rio de Janeiro, nº 17, Mai – Out, 2002.
- DELEUZE, Gilles. *Conversações: 1972-1990*. Rio de Janeiro: Ed.34, 1992.
- ____; GUATTARI, Félix. *Mil Platôs - capitalismo e esquizofrenia*. Vol.5. São Paulo: Ed. 34, 1997.
- DOMINGUES, Juliano. A cada dia, uma rádio comunitária é fechada no Brasil. *Radioagência NP*. Disponível em <http://redeabraco.org>. Acesso em 12/08/2007.
- GASPAR, Júlia. Rádio comunitária depende de padrinho: entrevista Cristiano Aguiar Lopes. *Observatório da Imprensa*. Mai. 2005. Disponível em: <http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br>. Acesso em 03/12/2007.
- GUATTARI, F. As rádios livres em direção a uma era pós-mídia (prefácio). In: MACHADO, A.; MAGRI, C.; MASAGÃO, M. *Rádios livres – a reforma agrária no ar*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.
- MALERBA, João Paulo. *Rádios Comunitárias: ampliando o poder de ação*. 2006, 2º semestre. Monografia (Habilitação em Jornalismo) – ECO/UFRJ. Disponível em <http://www.overmundo.com.br/banco/radios-comunitarias-ampliando-o-poder-de-acao>. Acesso em 2/12/2007.
- ____. *Rádios comunitárias brasileiras e as novas tecnologias de informação e comunicação: tecnologia, regulamentação e poder*. Projetos Experimentais.com, v. 2, p. 4, 2008a.
- ____. *Comunicação Comunitária no Limite*. In: PAIVA, R. e SANTOS, C. H. R. (orgs.). *Comunidade e contra-hegemonia: rotas de comunicação alternativa*. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2008b.
- PERUZZO, Cícília. *Participação das Rádios Comunitárias no Brasil*. Versão ampliada. Trabalho apresentado no GT Cultura e Comunicação Popular, XXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Recife, 1998.
- SANTOS, Rogério Dutra dos. As “milícias” do Rio de Janeiro (ou a busca de legitimidade da “polícia mineira”). *Boletim do Centro de Estudos Direito e Sociedade*. Rio de Janeiro, fev.2007. Disponível em <http://www.cedes.iuperj.br>. Acesso em 02/12/2007.

(Recebido para publicação em 24/08/2011)

